



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XIII
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

PAULO SANTIAGO RIBEIRO

**“É PRECISO CONHECER A FOME PARA SABER DESCREVÊ-LA”: AS
ESCREVIVÊNCIAS LITERÁRIAS DE CARALINA MARIA DE JESUS COMO
DENÚNCIA SOCIAL**

**Itaberaba
2024**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS XIII
COLEGIADO DO CURSO DE LETRAS**

PAULO SANTIAGO RIBEIRO

**“É PRECISO CONHECER A FOME PARA SABER DESCREVÊ-LA”: AS
ESCREVIVÊNCIAS LITERÁRIAS DE CARALINA MARIA DE JESUS COMO
DENÚNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade do Estado da Bahia; Departamento de Educação, *Campus XIII*; Colegiado do Curso de Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves.

**Itaberaba
2024**

PAULO SANTIAGO RIBEIRO

**“É PRECISO CONHECER A FOME PARA SABER DESCREVÊ-LA”: AS
ESCREVIVÊNCIAS LITERÁRIAS DE CARALINA MARIA DE JESUS COMO
DENÚNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa; Universidade do Estado da Bahia; Departamento de Educação, *Campus* XIII; Colegiado do Curso de Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves
Universidade do Estado da Bahia
Orientadora

Profa. Dra. Vanusa Mascarenhas Santos
Universidade do Estado da Bahia
Examinadora

Profa. Ma. Neila Marcia Nunes Silveira

Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço pela minha vida e por me conceder força, mantendo-me perseverante na busca dos meus objetivos.

Aos meus pais, Manoel Santiago Ribeiro e Maria Aparecida Ribeiro, expresso gratidão pelas palavras de incentivo e por estarem ao meu lado me apoiando incondicionalmente.

A minha esposa, Leide, agradeço pelo companheirismo e apoio, e ao meu filho Lucas, por compreender minha ausência enquanto me dedicava a este trabalho. São os amores da minha vida.

Aos meus irmãos e irmãs: Madalena, Rute, Eliseu, Marta, Sara e Isac, meu agradecimento pelo carinho e por torcer pelo meu sucesso.

Um agradecimento muito especial à minha professora orientadora Dra. Luciana Sacramento Moreno Gonçalves, por me guiar nesta pesquisa, pela atenção, respeito, mas também pelas sugestões de leituras e dicas muito valiosas para o meu crescimento enquanto estudante.

Aos professores, do Departamento de Educação - Campus XIII, que com empenho e dedicação ao ensinar, me permitiram construir um melhor desempenho na minha formação profissional.

Aos colegas da turma da graduação pelas aulas divertidas e acolhedoras, em especial minhas amigas Rosana e Beatriz, pelos momentos divertidos ao realizar os trabalhos em grupo. Saudades!

“... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.”

(Carolina Maria de Jesus).

RESUMO

Esta monografia apresenta uma investigação no campo da literatura, tendo como objeto de estudo a obra Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. Assim, sobre a percepção política da autora, pesquisa-se a denúncia da fome e da insegurança alimentar em três dimensões: a leve, a moderada e a grave. Nesse sentido, após entrecruzamento de ideias, emerge uma questão norteadora: de que forma a fome e a insegurança alimentar são expressas na obra Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus? A fim de responder essa questão, o objetivo geral se ocupa em compreender como é feita a reivindicação e a aquisição da segurança alimentar na obra. Dessa forma, para a realização deste utilizou-se como aporte teórico os seguintes autores: Abramovay (1991), Cândido (2012), Castro (1984), Valente (2021), Salles-Costa et al. (2022), Maniglia (2009), Galeano (1970), Morais, Sperandio e Priore (2020), Lima (2021), entre outros. Realiza-se, então, uma pesquisa de natureza qualitativa e caracteriza-se como descritiva e explicativa. Diante disso, verifica-se os seguintes resultados: a literatura de Carolina Maria de Jesus tem uma enorme relevância social, por ser uma literatura engajada e trazer para o centro dos debates a questão da fome. No que se refere aos níveis de insegurança alimentar, constatou-se que em muitos lares famílias pobres convivem com algum déficit alimentar. Hoje, é possível observar a relevante contribuição de Carolina Maria de Jesus para os avanços em políticas públicas voltadas para o fomento da erradicação da fome e da extrema pobreza entre as populações mais vulneráveis, principalmente a população pobre e preta.

Palavras-chave: fome; insegurança alimentar; Carolina Maria de Jesus; Quarto de Despejo.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| EBIA | Escala Brasileiro de Insegurança Alimentar |
| DIEESE | Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico |
| GHI | Índice Global da Fome |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IA | Insegurança Alimentar |
| IAN | Insegurança Alimentar e Nutricional |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| INPA | Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia |
| UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso |
| PNSAN | Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional |
| ODM | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio |
| PNSSAN | Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GATT | Acordo Geral de Tarifas e Comércio |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| EPIS | Equipamentos de Proteção Individual |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 | DA RECICLAGEM DE MATERIAL RETIRADO DO LIXO COMO FONTE DE SOBREVIVÊNCIA: AO ENGAJAMENTO DE CAROLINA MARIA DE JESUS CONTRA A FOME | 12 |
| | 2.1 Fome, insegurança alimentar e literatura | 12 |
| 3 | INSEGURANÇA ALIMENTAR: breve análise sobre as condições de acesso à alimentação a população favelada na obra Quarto de Despejo..... | 26 |
| | 3.1 Enfim o sorriso de Carolina: o almoço na mesa | 26 |
| | 3.3 O contexto histórico da fome | 34 |
| | 3.4 A violação do direito de Carolina a alimentação | 37 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| 5 | REFERÊNCIAS | 51 |
| | ANEXOS..... | 54 |

1 INTRODUÇÃO

A falta de alimento é um problema que atinge severamente as pessoas que se encontram em extrema pobreza. Com frequência, esses indivíduos não possuem os recursos mínimos essenciais para garantir a sua sobrevivência. Uma das principais causas da pobreza é o desemprego que, segundo dados publicados em uma matéria do G1, baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, chegou a uma taxa de 11,1% e atinge quase 12 milhões de pessoas só no primeiro trimestre de 2022. Os dados mostram ainda que a falta de trabalho atinge 11,949 milhões de brasileiros. Conseqüentemente, essas pessoas, sem poder de escolha, vivem em encostas e favelas à margem da sociedade.

No entanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos preconiza que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, p.20). De igual modo, a Carta Magna, no seu art. 3º inciso III, estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (C.F. 1988, p. 9). Assim como a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.

Assim, a motivação para realizar a presente pesquisa surge em virtude do interesse em aprofundar a compreensão de como o fenômeno da fome e da insegurança alimentar atinge grande parte da população brasileira, sobretudo a comunidade preta.

Esse interesse em pesquisar tal temática surgiu quando ingressei na Universidade do Estado da Bahia no curso Letras. Lá, nas aulas de literatura, tive os primeiros contatos com os textos e obras literárias de autores da literatura marginal, foi quando ouvi falar pela primeira vez da obra Quarto de Despejo da escritora Carolina Maria de Jesus, logo nas primeiras leituras, percebi que o tema a fome e a insegurança alimentar poderiam ser evidenciados por meio da linguagem poética.

Com isso, percebi que era possível correlacionar esta pesquisa à minha profissão de Técnico em Agente Comunitário de Saúde, a qual exerço há mais de dez

anos. Pois, acompanho diariamente por meio de minhas atribuições enquanto ACS identificando quais famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social, verificando as condições de moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho dessas famílias, bem como orientá-las sobre os programas e serviços sociais disponíveis para atender suas necessidades, encaminhando para os órgãos competentes, como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como corpus a obra *Quarto de Despejo* diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus. Assim, esta pesquisa justifica-se, pois a narrativa apresentada pela autora retrata as duras condições de vida enfrentadas por ela e por outros moradores de favelas na década de 1960, sendo a fome um dos principais dilemas enfrentados.

Portanto, a fome e a insegurança alimentar estão presentes ao longo de toda a obra, sendo retratada de forma legítima e impactante pela autora. Através de suas palavras, é possível compreender as angústias e as dificuldades diárias de conseguir alimento suficiente para a sua subsistência e de sua família. A autora descreve, de maneira dramática, a busca por restos de comida no lixo, a dependência de doações e da venda de materiais recicláveis.

Além disso, ao trazer a temática da fome e da insegurança alimentar, o livro *Quarto de Despejo* proporciona uma reflexão profunda sobre as desigualdades sociais presentes no Brasil. Carolina Maria de Jesus, ao expor sua realidade na favela, denuncia a falta de acesso à alimentação básica como uma das consequências da pobreza extrema vivida por ela e pelos seus pares. A carência alimentar é mostrada como resultado de um sistema que discrimina e exclui determinados grupos sociais, tornando evidente a necessidade de políticas públicas eficientes que garantam a segurança alimentar para todos os cidadãos.

Estudos como o aqui proposto pode contribuir com novas pesquisas na área das letras, pois discutir as questões sociais na perspectiva da literatura, especialmente, a marginal é fundamental para que haja um engajamento pelo tema e, assim, despertar o interesse em novas pesquisas.

Dessa forma, buscou-se responder a seguinte problemática: como a fome e a insegurança alimentar são expressas na obra *Quarto de despejo*? logo, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender, na obra *Quarto de Despejo*, como é feita a reivindicação e a aquisição da segurança alimentar. Para tanto, os objetivos

específicos são: analisar como a narrativa da personagem na obra evidencia a fome e a insegurança alimentar, verificar a percepção política da autora na obra Quarto de Despejo, para reivindicar a segurança alimentar e explicar, por meio da linguagem poética, como a insegurança alimentar compromete a qualidade de vida.

Apresenta-se aqui os procedimentos metodológicos para a realização do estudo desta pesquisa. Iniciou-se com o levantamento bibliográfico dos autores que abordam o tema da fome e da insegurança alimentar, assunto do qual trata a presente pesquisa. Dessa forma, tem-se como aporte teórico os seguintes autores: Abramovay (1991), Cândido (2012), Castro (1984), Valente (2021), Salles-Costa et al. (2022), Maniglia (2009), Galeano (1970), Moraes, Sperandio e Priore (2020), Lima (2021).

Nesse sentido, a pesquisa realizada é de natureza qualitativa, conforme afirmado por Maria Cecília Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 2000, p. 21-22).

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa, pois, conforme Gil (2002, p. 42), “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Já a explicativa, assim define Gil (2002, p. 42): “Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” Assim, objetivou descrever e explicar os seguintes conceitos na pesquisa: insegurança alimentar, fome, exclusão social e literatura marginal, tendo como corpos de análise a obra Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus.

Quanto às fontes utilizadas, classifica-se como uma pesquisa documental, pois de acordo com Gil (2002, p. 45) esse modelo de pesquisa “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Isso porque utilizou-se de materiais como site de notícias, tabela e dados do IBGE. Sendo assim, fiz leituras do arcabouço teórico, bem como fichamentos e resumos.

Com a intenção de compreender a temática abordada na presente pesquisa, sobre a fome e a insegurança alimentar na obra Quarto de Despejo, o trabalho está organizado em quatro seções, da seguinte forma: a primeira compõe esta que é a introdução. A segunda seção intitula-se Da reciclagem de material retirado do lixo como fonte de sobrevivência: ao engajamento de Carolina Maria de Jesus contra a fome. A terceira seção encontra-se intitulada Insegurança alimentar: breve análise sobre as condições de acesso à alimentação a população favelada na obra Quarto de Despejo e, por fim, as considerações finais.

2 DA RECICLAGEM DE MATERIAL RETIRADO DO LIXO COMO FONTE DE SOBREVIVÊNCIA: AO ENGAJAMENTO DE CAROLINA MARIA DE JESUS CONTRA A FOME

2.1 Fome, insegurança alimentar e literatura

O presente capítulo tem como objetivo versar sobre as definições dos conceitos de fome, insegurança alimentar e literatura e sociedade. Desse modo, este estudo se baseia a partir de leituras de obras de conceituados estudiosos no assunto, tais como Abramovay (1991); André e Morais (2020); Cândido (2011); Cândido (2006); Castro (1984); Freitas (2003); Maniglia (2009); Morais, Sperandio e Priore (2020); Salles-Costa et al. (2022) e Valente (2021).

Na esfera nacional, encontra-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 5º o reconhecimento dos direitos e garantias fundamentais do ser humano. Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada em 10 de dezembro de 1948, é um documento que estabelece os direitos fundamentais, como a liberdade, a dignidade da pessoa humana, os quais todos os cidadãos têm direito, independentemente de raça, gênero e religião, isso no âmbito nacional e internacional.

Estar livre da fome e ter acesso a segurança alimentar são considerados direitos humanos cruciais. Segundo Valente (2021, p.47), “Alimentação adequada é um direito humano básico, reconhecido no Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais. Sem ele não podemos discutir os outros.” Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu Artigo XXV, pontua que:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, p. 23).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (2016, p. 18), Título II, dos Direitos e garantias fundamentais, Capítulo II dos Direitos sociais, em seu Artigo 6º, estabelece que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Enquanto que a Declaração dos Direitos Humanos em seu Artigo VII, indica que “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, p.21).

No que diz respeito ao acesso a literatura e a arte como um direito de todo e qualquer cidadão a Declaração universal dos direitos humanos, em seu Artigo XXVII, afirma nos itens 1 e 2:

Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios”. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2013, p.23).

Desse modo, o que está sendo pontuado de forma pertinente é o direito dos sujeitos de terem oportunidade de acessar e participar de diversas expressões culturais e artísticas de todas as formas de manifestações, incluindo, assim, a criação de suas próprias ideias e opiniões.

A Constituição da República Federal do Brasil de 1988 (2016, p.126), no Artigo 215, afirma que, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Portanto, o direito de acesso à cultura e a arte de forma

livre e amplamente por todas as pessoas é algo inviolável e é expressamente garantido pela carta magna.

Para o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, além dos direitos sociais garantidos constitucionalmente como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados, o autor defende o direito à literatura e a arte como sendo um bem e como tal deve ser incluso neste rol de direitos, pois ele é necessário e indispensável para a formação humana.

Para Cândido (2011), acreditar nos direitos humanos desperta um fio de esperança no sentido de pensar sobre esses direitos que implica diretamente naquilo que se considera como sendo primordial para uma pessoa também o é para as demais. Ou seja, a literatura promove a empatia a partir do instante em que o leitor entra em contato com outras culturas diferente da sua.

Para Cândido (2011), as pessoas até reconhecem sem maiores dificuldades que os direitos básicos e, portanto, inerente a sobrevivência humana é um direito universal, mas não têm a mesma visão no tocante ao direito a literatura. Ainda paira o entendimento de que a literatura erudita é privilégio da elite. Nesse sentido, o autor defende que o acesso à literatura deve ser a todos os indivíduos sem restrição. Essa conexão do sujeito com a literatura deve ser independente da posição social, econômico e educacional:

Nesse ponto as pessoas são frequentemente vítimas de uma curiosa obnubilação. Elas afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. (CÂNDIDO, 2011, p. 174)

De acordo com Cândido (2011), ao negar o usufruto da literatura é o mesmo que mutilar nossa humanidade. Pois é por meio da literatura que se dá a forma aos sentimentos, bem como possibilita ter uma outra visão de mundo; organizando, libertando do caos e, assim, humanizando os indivíduos. Com isso, verifica-se que a literatura condiz com a necessidade universal que deve ser contemplada apesar de correr o risco da mutilação da personalidade. Conseqüentemente, a literatura pode estar interligada com a luta pelos direitos humanos. Ela pode, portanto, ser um importante mecanismo de ação consciente de desmascaramento, devido a sua

capacidade de evidenciar situações de redução dos direitos ou da negação deles, entre eles a miséria, a servidão e a mutilação espiritual.

Nesse sentido, Cândido chama a atenção para a reflexão a respeito de que a literatura deve ser incluída no rol dos bens essenciais do ser humano. Assim como é um direito básico dos indivíduos de ter acesso à alimentação, à saúde, ao lazer, à moradia e à educação, que são bens essenciais para a manutenção da vida. Dessa forma, o autor defende que a literatura também é um bem indispensável e, como tal, deve ser acessível para todas as pessoas, de todas as classes sociais.

De tal modo, o acesso a “alta” literatura não deve ser um direito apenas da elite e para mudar esse cenário o crítico literário propõe que: “Para que a literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens” (CÂNDIDO, 2011, p. 189). Ou seja, deve ser dado o direito a todos os indivíduos de acessar todo tipo de manifestação cultural. A literatura, por exemplo, como direito humano, ela não deve ser classificada e distribuída por classe social, a produção literária deve estar à disposição para que as pessoas optem de acordo à sua preferência.

Cândido afirma que a literatura aparece em todos os tempos e lugares onde há seres humanos e está presente em todos os momentos históricos e é constante na vida de todos os homens “[...] a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos”. (CÂNDIDO, 2011, p. 176).

Dessa forma, entende-se que Antônio Cândido, defende que a literatura se configura como um direito humano por sua capacidade de enriquecimento da pessoa, pois contribui para a formação de identidade e também na construção de uma sociedade mais justa. Com isso, a defesa desse direito implica o acesso democraticamente as obras literárias, a valorização da literatura brasileira e universal, porque a leitura e a reflexão levam a humanização do homem.

Na obra *literatura e sociedade*, Cândido (2006), versa sobre a relação entre literatura e sociedade defendendo que esta é uma interação conjunta e variável. A literatura reflete as questões e problemas sociais de uma determinada época, representando as inquietações, valores, ideologias e conflitos de uma sociedade. Ao mesmo tempo, a literatura também tem a capacidade de influenciar a sociedade, ajudando a nortear suas percepções, discutindo questões importantes e promovendo

mudanças. Desse modo, a literatura não apenas reflete a realidade social, mas também pode proporcionar um ambiente transformador e de crítica social.

Nesse sentido, Cândido considera que a relação da sociedade com a arte pode ser compreendida como sendo uma via de mão dupla, ou seja, uma influencia a outra mutuamente. Isso fica evidente quando o autor afirma “Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CÂNDIDO, 2006, p. 14). Portanto, à medida que um autor produz uma obra literária e se apropria de situações reais vivenciadas pela sociedade, a obra passa a manifestar expressivamente esse elemento social.

A fome é uma calamidade que ainda atinge boa parte da humanidade e, isso, está muito ligado ao contexto socioeconômico e político em que determinados grupos sociais estão inseridos a nível mundial. Esse problema vem se destacando cada vez mais entre estudiosos, nas discussões em torno das políticas públicas e nos meios acadêmicos. Entender essa conjuntura é fundamental para evidenciar o fenômeno da desigualdade social que impacta diretamente na qualidade de vida dos seres humanos, especialmente os indivíduos dos países considerados em desenvolvimento.

Para Castro (1984), a fome é um fato social que se estende amplamente alcançando toda extensão terrestre, de modo a atingir toda uma população com seus efeitos nocivos. “Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta”. (CASTRO, 1984, p. 56). Esses efeitos negativos da fome, portanto, se constituem nas relações sociais de poder em que uma minoria tem acesso ao alimento, enquanto que a maioria vive sem ter o que comer.

Castro (1984) aponta ainda que, a fome é um obstáculo que coloca em risco a continuidade da vida humana. Esta, além de ter de enfrentar outros agentes tão nocivos quanto a falta de alimentação, como as doenças e infortúnios a que grande quantidade de pessoas estão sujeitas, tem que diariamente encontrar meios e recursos de modo a garantir sua subsistência, que muitas vezes só serão possíveis por meio da alimentação.

O Índice Global da Fome (2021) define que “A fome é geralmente entendida como referência a angústia associada a falta de calorias suficientes”. Esse é o estágio mais agudo da situação de vulnerabilidade social, onde as refeições são escassas e sem uma regularidade alimentar. Com a carência nutricional, os indivíduos ficam

suscetíveis a diversas situações de calamidades. Mesmo com grande produção de alimento no mundo, a distribuição desse recurso ainda é desigual, e a fome torna-se um desafio a ser superado, pois a humanidade precisa comer para continuar existindo.

Sabe-se que, as políticas públicas de fomento para a erradicação da fome no mundo são insuficientes, e por isso mesmo, que ainda não alcançou os resultados esperados. “A fome não é uma questão de fatalidade. É um produto da ação humana. O Massacre diário silencioso causado pela fome tem que acabar.” (VALENTE, 2021, p.15). Ou seja, a fome acontece por uma construção humana, uma prática que interessa alguns grupos sociais como forma inclusive de dominação de outros grupos. Isso ocorre devido a alguns fatores, primeiro pelos interesses dos países desenvolvidos que exercem forte influência sobre os países em desenvolvimento e impõem seu sistema econômico que tem como característica a acumulação de riqueza e mão de obra assalariada. Segundo, que os conflitos internos e externos como as guerras, geram instabilidade e com isso ocorre o processo migratório, levando muitas pessoas a viverem em condições sub-humanas.

Hoje, o combate à fome não está ligado apenas a produção em grande escala de alimentos. Para suprir a fome da população atualmente, o que os estudiosos vêm discutindo é como ter acesso a esses alimentos em quantidade e qualidade suficientes. “O acesso à alimentação adequada é um direito humano básico que está acima de qualquer outra razão que possa tentar justificar sua negação, seja de ordem econômica ou política.” (VALENTE, 2021, p. 51).

Essa dificuldade em se obter os alimentos é proveniente de múltiplos fatores, entre os quais estão os conflitos, as guerras, as crises econômicas, a pobreza e a utilização inadequada dos recursos naturais e, principalmente, o agronegócio, que produz em grande quantidade, mas o seu objetivo é a exportação:

[...] entendemos a questão do acesso a alimentação, do ponto de vista dos direitos humanos, a erradicação da fome no Brasil e no mundo todo se transforma em uma obrigação legal, e, portanto, em uma exigência concreta para que o governo aja. [...] Em um mundo que está cada dia mais rico e que bate recordes de produção de alimentos a cada ano, é inaceitável que a fome e a desnutrição crônica ainda flagelem as vidas de mais de 800 milhões de pessoas (VALENTE, 2021, p. 15).

Dessa forma, considerando que a fome é um fenômeno mundial, é importante ter ciência de que esse fenômeno atinge todos os territórios, mas não de forma igual.

Isso ocorre porque há uma "classificação" entre países desenvolvidos e países emergentes. Os países desenvolvidos dispõem de melhores recursos financeiros e, com isso, são menos afetados pelas crises, enquanto os países emergentes, devido a sua situação econômica, sentem mais os efeitos da crise, sendo nesses países que a fome se encontra mais acentuada.

Para Abramovay (1991), a fome representa, principalmente, uma insuficiência na quantidade de comida consumida diariamente em relação à quantidade de energia que o corpo precisa para desempenhar o trabalho exercido pelo organismo. Em consonância com Abramovay, Valente (2021) defende que o direito humano fundamental à alimentação adequada não pode ser negado por quaisquer razões, sejam elas econômicas ou políticas, uma vez que esse direito prevalece acima de qualquer justificativa.

Abramovay (1991) enfatiza que, as principais vítimas atingidas pela fome são aquelas denominadas de população biologicamente vulnerável. Se enquadraram, portanto, as crianças menores de quatro anos, mães lactantes e gestantes. Esse é o público alvo que mais necessita de uma boa alimentação, pois este é o grupo mais vulnerável as doenças infecciosas. Assim, uma vez que essa população é afetada pela vulnerabilidade alimentar, esta deixa marcas e alterações irreparáveis.

Pelas definições de Abramovay (1991), entende-se a desnutrição como sendo a principal consequência da fome, especialmente para as crianças em fase de crescimento. A desnutrição nessa faixa etária não causa apenas sofrimento imediato pela falta de comida, mas também traz consigo uma série de problemas futuros, inclusive na saúde desses indivíduos que a depender do prolongamento pode levar a óbito.

Algumas complicações clínicas resultantes da desnutrição em crianças são destacadas, incluindo doenças decorrentes dessa condição. Além disso, os problemas de crescimento podem ocorrer devido a atrasos na ossificação. Ainda sobre a desnutrição, o autor aponta que:

A subnutrição no Brasil não se reduz apenas a estes drásticos casos de inanição absoluta. Por trás desta situação mais grave existe uma imensa massa de subnutridos "discretos", que não estão à beira da morte por fome, mas cujo organismo deixa-se diariamente corroer pela alimentação insuficiente (ABRAMOVAY, 1991, p. 31).

Nesse sentido, Freitas (2003) traz a seguinte discussão: ao analisar diferentes correntes de pensamentos que debatem a desigualdade social, fica evidente a

relevância de observar-se o contexto da carência alimentar sob um novo ponto de vista, visando, assim, a ótica interdisciplinar mais abrangente. Sendo assim, seria possível promover a integração e a reflexão sobre a fome, levando em consideração aspectos sociais, econômicos, clínicos e epidemiológicos. Desse modo, ao considerar o fenômeno da fome em sua totalidade, seria possível promover a realização de políticas públicas que garantam o direito da população a ter acesso à segurança alimentar.

No seu livro *Geografia da fome*, Josué de Castro desenvolveu um método de estudo e descreveu cinco regiões brasileiras de fome coletiva, onde pelo menos a metade da população apresenta alguma escassez permanente ou temporário alimentar: Amazônia, Mata do Nordeste, Sertão do Nordeste, Centro-Oeste e Extremo sul. Ocorre que as três primeiras regiões são classificadas como de fome. Já, as duas últimas regiões, embora estejam longe de ter uma alimentação adequada, não apresentam um déficit a ponto de ser considerada fome. Assim, o autor estuda os tipos de alimentos de cada região, sob o ponto de vista do valor calórico, nutricional e os hábitos e costumes alimentares das cinco regiões brasileiras:

O Brasil constitui o nosso campo de observação e de experimentação diretas do problema. [...] O seu vasto território com diferentes categorias de climas tropicais, desde o equatorial superúmido da Amazônia até o tropical seco e semi-árido do sertão do Nordeste e o subtropical com seus variados tipos de organização econômica, apresenta condições excepcionais para uma larga investigação do problema da alimentação nos trópicos (CASTRO, 1984, p. 42).

A fome no Brasil está fortemente atravessada pela desigualdade social, isso é perfeitamente compreendido no processo histórico de industrialização nacional, em que o Estado brasileiro não criava leis trabalhistas eficazes para assegurar os direitos da classe trabalhadora. Com isso, os trabalhadores eram submetidos a uma excessiva carga horária de trabalho, com jornadas de até 16 horas por dia, em espaços e condições insalubres, sem direito a férias e sem descanso semanal remunerado. É nesse cenário de exploração da classe trabalhadora que a elite acumula sua riqueza em detrimento da maioria, evidenciando o contraste nas classes sociais:

Os conceitos e os mitos atribuídos à fome coletiva no movimento da história são predominantemente centrados no pensamento dos setores hegemônicos das sociedades, desde muito, fundando várias possibilidades de leitura. Diante disso, os relatos historiográficos e as concepções no âmbito das ciências, quando divorciados das condições de penúria impostas à população, ficaram subordinados às

políticas de crescimento das riquezas. Por certo, o ato de ignorar a fome não se deu ao acaso (FREITAS, 2003, p.31).

Por conseguinte, os indivíduos que mais sofrem com a fome e suas consequências são exatamente aqueles pertencentes aos grupos sociais mais vulneráveis. Embora a Constituição Federal afirma que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, art. 6). Em vista disso, Valente (2021, p.42) opina que “reafirmamos a importância da alimentação e da nutrição adequadas durante toda a vida, para que crianças, jovens e adultos possam desenvolver plenamente suas capacidades físicas, psíquicas e intelectuais”.

Não obstante, os direitos sociais estejam amparados por lei, como na Constituição Federativa do Brasil de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, boa parte da população ainda vive a margem da sociedade, quer dizer, está privada de seus direitos básicos de sobrevivência. Com isso, a fome está no centro da discussão das entidades que tratam da vulnerabilidade social, pois ela é proveniente de muitos fatores e, entre eles, estão a desigualdade social, a falta de acesso ao emprego remunerado, a má distribuição de renda, o que pode configurar violação dos direitos humanos.

Embora haja mecanismos de recomendações para assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos, de modo a protegê-los de eventuais ações contra a violação desses direitos, isso não significa na prática, portanto, a proteção deles, essa é uma luta permanente e um desafio a ser enfrentado.

“Alimentação adequada é um direito humano básico, reconhecido no Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais. Sem ele não podemos discutir os outros.” (VALENTE, 2021, p.47). Assim, a garantia desse direito é crucial para que as pessoas possam usufruir de uma vida saudável, com dignidade e pleno desenvolvimento.

O problema, no entanto, é que nem todos têm acesso ao alimento de forma satisfatória, e com isso, sua plenitude e seu desenvolvimento ficam comprometidos. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, aproximadamente 800 milhões de pessoas no mundo passam fome.

Foi no início do século XX, na Europa, que o termo segurança alimentar começou a ser discutido com o intuito de encontrar possíveis caminhos para

solucionar o estado de miséria em que muitas pessoas viviam. Nesse sentido, Maniglia (2009, p.124) é enfática ao afirmar que “A alimentação está vinculada ao acesso a produtos de boa qualidade, que devem existir com suficiência no mercado, mas, sobremaneira, está vinculado às condições econômicas de adquirir esses alimentos”. A pobreza é uma das principais causas da insegurança alimentar. Sem renda suficiente, os sujeitos não conseguem ter acesso a uma alimentação que seja adequada a sua manutenção saudável. Para Maniglia o direito à alimentação vai além do simples ato de comer:

Aqui, estabelece-se o direito à alimentação que é muito mais do que comer para sobreviver. Alimentar-se é um ato que projeta mais que sobrevivência, é uma permissão a uma vida saudável e ativa, dentro dos padrões culturais de cada país, com qualidade que propicie nutrição e prazer, e os produtos alimentícios devem ser inspecionados por órgãos responsáveis, que devem zelar continuamente por sua oferta e sua segurança às populações (MANIGLIA, 2009, p.123).

Segundo Valente (2021), foi na década de 1940 que ocorreu a fundação da Organização para a Agricultura e Alimentação e da Organização da Nações Unidas – FAO/ONU e de entidades financeiras internacionais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio ¹(GATT). Pois, foi nesse período que surgiram os primeiros registros em esfera global do termo segurança alimentar. Assim, em novembro de 1953, na VII Sessão da Conferência da FAO, onde a assistência alimentar utilizando a sobra de alimentos era vista como um elemento para a segurança alimentar.

Valente (2021) ressalta ainda o grande avanço que o termo teve a partir da década de 1983, com os ideais centrados na distribuição de alimentos em quantidade adequada de alimentos com vistas ao acesso e em qualidade. Além da necessidade de ofertar os recursos matérias e da renda com objetivo de combater a pobreza e, conseqüentemente, a garantia da segurança alimentar. E não mais com foco na produção em grande escala como outrora se pensava quando o intuito era combater a fome e a desnutrição. Desse modo, no final dos anos de 1980 e início de 1990, o conceito se amplia ainda mais incluindo temas e a qualidade sanitária, biológica, nutricional, alimentar e dieta.

¹ GATT é a sigla correspondente de “General Agreement on Tariffs and Trade” que traduzido para o português é o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/o-que-e-gatt/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

Por outro lado, o conceito insegurança alimentar surge com a incumbência de descrever, de alguma forma, a falta de acesso regular e adequado a alimentos nutritivos aos seres humanos. Ao longo dos anos, esse conceito vem crescendo, e hoje já incorpora ao texto original outras questões, como acesso à água potável, saneamento básico, educação alimentar e condição apropriada para armazenar os alimentos. Como afirma as autoras Gontijo, Morais e Silva (2020, p.117) “O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional tem evoluído ao longo dos anos, tanto no Brasil, quanto internacionalmente”. Hoje, o termo é empregado em diferentes contextos, envolvendo a segurança alimentar global, nacional, a nível familiar e individualmente.

Segundo Salles-Costa et al. (2022), A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), define o conceito de insegurança alimentar como sendo: “O conceito de insegurança alimentar se refere à incapacidade do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem a iminência de alguma restrição no futuro próximo”. (SALLES-COSTA et al., 2022, p. 35-36). Dessa forma, o vocábulo insegurança alimentar é empregado frequentemente pela FAO em estudos para identificar os níveis da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em grupos populacionais.

Para tanto, os indicadores de insegurança alimentar são instrumentos primordiais para aferir, compreender e lutar em prol do acesso ao alimento de forma apropriada e suficiente. Esses mecanismos ajudam no fornecimento de dados e informações que viabilizam o processo de avaliação e estudos no sentido de identificar grupos populacionais em situação de vulnerabilidade. “Entre os indicadores sociais relacionadas à Insegurança Alimentar e Nutricional, avaliada [...], destacam-se a renda, a escolaridade e o acesso a bens e serviços” (ANDRÉ e MORAIS, 2020, p. 93). Além disso, esses indicadores podem contribuir com a formulação de diretrizes para criação de políticas públicas voltadas para a insegurança alimentar.

Segundo André e Morais (2020, p.93), “No Brasil, o instrumento que avalia a percepção é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada para famílias residentes na zona urbana e rural, de todas as regiões do país”. Elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, para tanto, contou com cooperação e a parceria de cinco instituição de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UnB, UFPB, INPA e UFMT). Portanto, a EBIA é um questionário aplicado a domicílios brasileiros para a identificação da falta de acesso regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

A EBIA é organizada em um conjunto de perguntas compostas por quatorze perguntas e que trata de várias perspectivas referente a insegurança alimentar como aponta, Salles-Costa et al., (2022, p.60):

Consiste em um indicador capaz de avaliar SAN no seu extremo e classificar as famílias em quatro níveis de segurança/insegurança alimentar. Esses níveis indicam desde a preocupação de as famílias sofrerem a redução tanto da qualidade como da quantidade dos alimentos, até a privação, em um período de três meses anteriores ao dia da aplicação da escala, que é respondida pela pessoa da família de referência pela organização e prepara das refeições.

A partir dessas informações obtidas por meio da escala, chega-se aos dados estatísticos a respeito da IA no país, possibilitando, assim, a criação de políticas e programas de incentivo a erradicação da fome. Além do que, em posse do resultado da pesquisa, é possível classificar o grau da insegurança alimentar em três níveis: leve, moderada e grave.

Insegurança alimentar leve – quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro, portanto, a qualidade da dieta dos alimentos resultantes de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos está presente e existe o risco para a sustentabilidade da família. Insegurança alimentar moderada – quando aparecem reduções quantitativas de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos. Insegurança alimentar grave – quando há redução quantitativa de alimentos, tanto para a alimentação de adultos como para a de crianças que residem no domicílio. Nesta situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (SALLES-COSTA et al., 2022, p. 64).

Para Salles-Costas et al. (2022), a preocupação é com a evolução do estado de gravidade quanto à incerteza de acesso à quantidade e qualidade adequada da alimentação por domicílio. Na avaliação do estado crítico da SAN, a utilização da escala pode ser, portanto, um importante aliado. Segundo Valente (2021), a qualidade de vida depende de vários fatores, entre eles incluem principalmente a alimentação suficiente e de qualidade.

Diante do exposto, nota-se que, através dos estudos realizados, foi possível a elaboração de políticas públicas direcionadas a erradicação da fome no Brasil. Salles-Costas et al. (2022), destaca que no ano de 2010, foi incluída a emenda constitucional nº 64, que assegura a alimentação como um direito social formalizado pela constituição Federal. A partir daí, foi possível a construção da Política Nacional Da

Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que abrange políticas de produção, acesso, abastecimento e consumo de alimentos, com o objetivo de combater a fome e a pobreza extrema.

Salles-Costa et al. (2022), discorrem sobre os desafios do Brasil de cumprir a agenda internacional, com a qual firmou o compromisso de alcançar as metas estabelecidas em diminuir a desigualdade social e acabar com a pobreza até o ano de 2030. Entretanto, essa expectativa ainda está longe de ser alcançada. De acordo com o Índice Global da Fome (2021), ao passo que o ano 2030 se aproxima, o mundo vê cada vez mais distante a concretização das metas da agenda internacional em erradicar a fome.

Contudo, em 2014 o Brasil conseguiu sair do mapa da fome. Conforme aponta o relatório da FAO (2014), assim, por meio da Lei Nacional de Segurança Alimentar 11.346 de setembro de 2006, que tem como lema assegurar a todos o direito de acessar regular e permanentemente alimentos de qualidade e suficiente, bem como a todos os outros direitos essenciais à sobrevivência. Nessa mesma esteira, vem a política de fome zero aliada à conquista para o país sair do mapa da fome. Como discorrem Gontijo, Morais e Silva (2020, p.130) “O Mapa da Fome de 2014 revelou que o Brasil reduziu efetivamente a pobreza e a fome, atingindo um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM.)”

Entretanto, de acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022), (Rede PENSSAN), os índices de insegurança alimentar voltaram a crescer no Brasil de forma ampla e numa velocidade nunca vista antes, onde observa-se a grande presença da insegurança alimentar, sobretudo a insegurança alimentar grave, isso quer dizer conviver com a fome diariamente. Segundo a rede PENSSAN, isso se deve à alguns fatores, entre eles o desemprego, a alta da inflação, o desmonte de políticas afirmativas no plano alimentar tudo isso agravado pela pandemia da covid 19 e pelo cenário político conturbado que atravessava o país naquele período²:

Nesse cenário de desmonte das políticas públicas, direta ou indiretamente voltadas à proteção e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), deve-se destacar, em 2021, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio

² O referido período teve como Presidente da República o Sr. Jair Messias Bolsonaro – 2018 a 2022.

Brasil, respectivamente, reconhecidos por analistas sobre o tema como frágeis em suas concepções e objetivos, além de limitados na abrangência populacional. Estima-se que apenas metade dos 100 milhões de pessoas antes atendidas pelo PBF e pelo Auxílio Emergencial permaneceu com acesso ao Auxílio Brasil. (REDE PENSSAN, 2022, p.22).

Ainda nesse sentido, a Rede PENSSAN (2022), destaca que a população brasileira ao longo dos últimos anos vem sofrendo as consequências da redução das políticas públicas. Isso acarreta na perda do poder aquisitivo e assim ao empobrecimento gradativo das pessoas, impactando diretamente tanto no acesso como na qualidade dos alimentos. Portanto, a fome que deveria ser tratada como prioridade, é relegada a segundo plano. Como afirma Salles-Costa et al. (2022), “No entanto, a retração do financiamento do governo federal para as políticas sociais, acentuado a partir de 2016, e a volta do Brasil para o Mapa da Fome, sinaliza que o país caminha na contramão dessa prioridade.”

Segundo Salles-Costa et al. (2022), a volta do Brasil ao mapa da fome tem empobrecido o Estado e esse retrocesso é o reflexo das consequências da destruição das políticas públicas, a partir da chegada do Governo Federal ao Palácio do Planalto em 2019. Diante de toda discussão fica evidente as dificuldades para se combater a fome, bem como a desigualdade social. Com o advento do novo governo em 2023, o tema da fome, segurança alimentar e a desigualdade social, voltou a ser o centro das prioridades, no sentido de tirar o país mais uma vez do mapa da fome como ocorreu em 2014.

Portanto, a fome sempre esteve e ainda está no centro das discussões, sobretudo político e acadêmico. Erradicar a fome é possível, como de fato ocorreu em 2014, onde muitos países, segundo relatório da ONU, saíram do mapa da fome, entre eles o Brasil. No entanto, isso depende muito do Chefe de Estado e da conjuntura política para implementar e direcionar as políticas públicas de forma adequadas para alcançar esta finalidade e, assim, o acesso a alimentação deixe de ser um entrave para a população menos favorecida.

3 INSEGURANÇA ALIMENTAR: BREVE ANÁLISE SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO A POPULAÇÃO FAVELADA NA OBRA QUARTO DE DESPEJO

O escopo desta seção é apresentar as análises e os resultados realizadas nesta pesquisa, com informações precisas a respeito do contexto da insegurança alimentar, considerando seus níveis leve, moderado e grave, que efetivamente é a situação de fome. A análise, aqui, proposta, leva em conta o referencial teórico previamente estudado com os seguintes autores: Abramovay (1991); Jesus (2014); Castro (1984); Eigenheer (2009); Galeano (2012); Lima (2021); Maniglia (2009); Morbidini (2016); Penteado (2011); Salles-Costa et al. (2022) e Valente (2021). Assim, esta seção é dividida em três subseções: 3.1 A base da alimentação de Carolina Maria de Jesus, 3.2 Situação da insegurança alimentar e 3.3 Desejo de comer.

3.1 Enfim o sorriso de Carolina: o almoço na mesa

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), a alimentação abrange não apenas o consumo de nutrientes, mas também os alimentos que contêm esses nutrientes que fornecem ao corpo, a forma como os alimentos são combinados e preparados é fundamental para o ato de comer, bem como as influências culturais e sociais nas práticas alimentares. Todos esses fatores têm impacto na saúde e no bem-estar.

“A alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania” (MINISTERIO DA SAÚDE, 2013, p. 10)). A alimentação adequada e em quantidade suficiente é sem dúvida um direito fundamental e que serve de base de sustentação para proporcionar saúde e bem-estar e uma vida plena e dignidade humana.

É notório os avanços que a legislação brasileira tem alcançado no sentido de garantir à população o acesso a uma alimentação adequada. Haja vista, a Emenda Constitucional nº 64 aprovada em 2010, que incluiu ao Art. 6º da Constituição Federal do Brasil, a alimentação como direito básico (BRASIL, 1988). Assim, a partir desta

emenda constitucional o Estado brasileiro assegura o direito da população a ter acesso à alimentação por meio do art. 6º da Constituição Federal.

De acordo com o Ministério da Saúde (2013), a alimentação e a nutrição são essenciais na prevenção e no cuidado total dos agravos. O objetivo da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), é melhorar as condições da alimentação, nutrição e saúde da população do Brasil, por meio de incentivo a práticas de alimentação corretas e saudáveis.

Na obra analisada, é nítida tanto a carência em quantidade como em valor nutricional dos alimentos. Carolina descreve que todos os seus esforços se concentravam numa rotina exaustiva para conseguir comida.

Hoje os meninos vão comer só pão duro e feijão com farinha. [...] Estou com frio. E graças a Deus não estamos com fome. [...] Estou indecisa sem saber o que fazer. Estou andando de um lugar para outro, porque não suporto permanecer no barracão limpo como está. Casa que não tem lume no fogo fica tão triste! As panelas fervendo no fogo também serve de adorno. Enfeita um lar (JESUS, 2014, p. 105-06).

Este é mais um trecho retratado pela autora evidenciando o descaso com a população pobre. Ela descreve de forma muito triste mais um dia que não tem comida ou tem comida de baixa qualidade de sabor e nutrição. Mesmo assim, agradece por não estarem com fome. Ela usa o termo limpo referindo-se a falta de comida no seu barraco, além disso Carolina relata de forma impactante: casa que não tem lume no fogo fica triste, isto é, não tem alegria, o ambiente fica sombrio e sem brilho. Por outro lado, as panelas fervendo no fogo adorna, enfeita, ornamenta e faz de uma casa um lar.

A vontade era não sentir a dor do estômago vazio, pelo contrário era saciar a fome, mesmo sendo uma alimentação pobre em nutrientes e sem o equilíbrio necessário entre os alimentos, conforme o recomendado pelo guia alimentar do Ministério da Saúde (2014, p. 15). “A ingestão de nutrientes, propiciada pela alimentação, é essencial para a boa saúde. Igualmente importantes para a saúde são os alimentos específicos que fornecem os nutrientes, as inúmeras possíveis combinações entre eles [...]”.

Devido a situação de extrema pobreza, Carolina, seus filhos e todas aquelas pessoas que residiam na favela, eram-lhes negado o direito a escolher o que comer diante de uma variedade de opções alimentares; era negado a alegria de dividir com

familiares e amigos suas refeições prediletas. Segundo Valente (2021, p. 38), “O colonialismo, o imperialismo, a exploração e a exclusão econômica e social trazem em seu bojo a imposição de novas atividades econômicas, a migração compulsiva, a mudança da pauta de produção agrícola [...]”, esses são alguns dos muitos fatores que ao longo da história do país causaram a exclusão e a segregação social.

Excluída socialmente e sem ter o direito de escolher os gêneros alimentícios para suas refeições, Carolina narra na obra quais são os alimentos que geralmente fazem parte de sua dieta, pois são os que ela consegue angariar, seja vendendo materiais recicláveis, seja alimentos de doações ou mesmo encontrados no lixo.

Passei o dia deitada por estar com febre e dor nas pernas. Não tinha dinheiro, mas eu havia deixado uns ferros lá no senhor Manoel e mandei o José Carlos ir passar e receber. Ganhou 22 cruzeiros. Comprei 5 de pão e 5 de açúcar e comprimido. Levantei só para preparar as refeições. Passei o dia deitada (JESUS, 2014, p. 92-3).

Esses são momentos tensos na vida de Carolina, porque se ela adoecer não há como sair de casa para trabalhar catando matérias para vender e comprar comida. Um ponto importante a ser considerado é em relação aos seus filhos, eles nunca saem para catar material, essa é uma função exclusiva dela. No entanto, em algum momento, a autora delega algumas tarefas possíveis de serem desempenhadas pelas crianças e esse é um aspecto importante e, que, é um diferencial na maternidade de Carolina.

Nesse sentido, foi possível perceber ao longo da análise que os alimentos que aparecem com mais frequência na alimentação de Carolina são: feijão, pão, café e açúcar, esses alimentos são adquiridos a partir de uma busca diária, a autora sofre a carência tanto do ponto de vista da quantidade, bem como da qualidade. Desse modo, a comida ingerida sacia a fome momentaneamente, no entanto não nutre o corpo de maneira adequada.

Certamente, hoje em dia, a discussão em torno da questão da fome tem ganhado maior destaque. Em decorrência dessa preocupação crescente, diversas políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, têm sido implementadas para enfrentar a extrema pobreza no país. Além disso, têm sido promulgadas leis com o objetivo de assegurar o acesso à assistência social para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. No entanto, é inegável que, mesmo com esses esforços, uma considerável parcela da população ainda se encontra vivendo abaixo

da linha da pobreza, como evidenciado em uma reportagem recentemente publicada pelo site de notícias Brasil de Fato.

O número de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza aumentou 48,2% em 2021 na comparação com o ano anterior. Isso significa que 5,8 milhões de pessoas passaram a viver com uma renda mensal per capita de até R\$ 168 por mês. Com o aumento, o país passou a ter 62,5 milhões de pessoas (29,4% da população) abaixo da linha da pobreza, incluindo 17,9 milhões de pessoas na pobreza extrema (8,4%). Em outras palavras, aproximadamente um a cada três brasileiros era pobre em 2021 (BRASIL DE FATO, 2022, online).

Assim, com a pandemia da covid-19 houve o agravamento da pobreza e da extrema pobreza, entretanto, antes mesmo da pandemia essa situação já demonstrava um crescimento considerável. Essa situação atinge toda população carente, no entanto, de acordo com a reportagem, a pobreza no Brasil se acentua ainda mais quando se trata de gênero e cor.

Cerca de 62,8% das pessoas que vivem em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza. Além disso, a proporção de negros (pretos e pardos) abaixo da linha de pobreza foi de 37,7%, pouco mais que o dobro da proporção de brancos (18,6%) (BRASIL DE FATO, 2021, online).

Portanto, no decorrer da obra estudada foi possível identificar em diversas passagens, muitos elementos que comprovam que Carolina Maria de Jesus vivia em situação de extrema pobreza. Isso fica evidenciado quando ela narra suas aventuras pelas ruas da favela para buscar água, catar papel para vender, sair para receber donativos das pessoas ou de algumas entidades religiosas, revirar lixos, todos esses esforços era para conseguir alimentar a si e seus três filhos. Dessa maneira a fome ocupa uma posição central na obra Quarto de Despejo, diário de uma favelada.

Diante da análise realizada fica evidente que Carolina e seus filhos encontram-se em situação de alta vulnerabilidade, não tendo na alimentação os nutrientes necessários para garantir a prevenção contra os danos à saúde, de modo que pudesse garantir a promoção de boa qualidade de vida e o desenvolvimento humano, como preconiza o Ministério da Saúde.

3.2. A dor da fome tira a dignidade humana

A discussão sobre a fome nesta pesquisa, refere-se não apenas a fome proveniente do instinto humano que é a vontade ou a necessidade de se alimentar. Mas, faz alusão, sobretudo, à fome por falta de comida para saciar este instinto.

O debate acerca da fome é antigo e tem suscitado muitas opiniões em torno do problema. Ao traçar as análises sobre esse tema numa perspectiva histórica desde o período colonial, talvez, assim, seja a pavimentação de um caminho seguro para se compreender como se deu esse processo, bem como entender as causas e efeitos do fenômeno da fome.

Como aponta Abramovay (1991), ao ler a tão conhecida carta escrita por Pero Vaz de Caminha endereçada ao rei de Portugal, onde ele, se referindo às novas terras, diz: aqui, se plantando, tudo dá³. Acontece que os colonizadores decidiram plantar não de tudo, mas aquilo que era mais rentável e lucrativo, como: algodão, cana-de-açúcar, entre outras. Desse modo, desde que chegaram às novas terras os portugueses objetivavam o enriquecimento da metrópole e não o de atender a demanda interna dos que aqui moravam.

O autor acrescenta, ainda, que essa não era uma prática apenas dos colonizadores portugueses, mas de todos os outros colonizadores, como os franceses, ingleses e holandeses, que vieram para cá com o mesmo objetivo e usaram das mesmas práticas que era a exploração das novas terras visando a obtenção de riquezas para o país sede, em detrimento do abastecimento da população interna. Nota-se que a cultura de exportação da produção agrícola no território brasileiro é desde a chegada dos colonizadores no território brasileiro.

Conseqüentemente, esses colonizadores plantavam para exportar, usavam a mão de obra local nas atividades de cultivo das lavouras; com isso, os habitantes locais não podiam mais praticar a agricultura de subsistência, então passaram a sofrer com a escassez de alimentos e com isso eram obrigados a comprar os produtos manufaturados pelos patrões, criando, assim, um ciclo de escravismo, onde o poder e as riquezas continuam concentrados em mãos de poucas pessoas até hoje.

³ Embora o autor utilize tal expressão, na carta Pero Vaz de Caminha faz uso da seguinte forma: Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. (BRASIL. Ministério da Cultura. A carta de Pero Vaz de Caminha. Brasília: MEC, [s.d])

Nesse sentido, Galeano (2012) discorre que a América Latina desde o descobrimento resumiu como fonte dos interesses econômicos europeu e posteriormente ao norte-americano. Sempre longe do poder, as novas terras exercem o papel de subserviência e, assim, todas as suas riquezas escoaram em favor dos grandes centros do poder, neste caso, a metrópole.

Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno” (GALEANO, 2012, p 15).

Trata-se das riquezas naturais do território da América Latina que se transformaram em capital financeiro dos Países Europeu e Estadunidenses. Isso mediante o sacrifício e a pobreza, a destruição e a devastação ambiental.

Corroborando Abramovay, Valente afirma que a fome e a desnutrição estão diretamente relacionados a um processo histórico e nas estruturas sociais do Estado Brasileiro.

A fome e a desnutrição [...] são facetas de uma vida de miséria imposta a uma parcela significativa da população brasileira pelo processo histórico de exploração econômica imposto por um sistema colonialista e imperialista e que conta com a participação ativa de classes dominantes locais e submissas que se beneficiam do mesmo processo (VALENTE, 2021, p. 39).

Dentro da estrutura social do Estado, alguns elementos são essências para manter sua organização, é assim que o sistema de saúde, a educação, segurança e a habitação constituem esse pilar social. Porém, um pequeno número de pessoas, aquelas mais abastadas usufruem desse privilégio, fruto de um contexto histórico de exploração econômica; uma visão retrógada e colonialista. Enquanto que a maior parcela da população que, apesar de produzir a maior parte da riqueza, tem acesso ao mínimo da renda distribuída. Desamparadas, essas pessoas são aquelas mostradas nas estatísticas em situação de vulnerabilidade social.

No decorrer da análise da obra Quarto de Despejo, constatou-se em alguns trechos o desejo de Carolina de se alimentar. Ela expressa por meio de relatos e descrições de sua rotina pela busca por comida para si e seus filhos e quando consegue, relata com satisfação esse feito. “Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia” (JESUS, 2014, p. 21). Esse é um

raro momento de felicidade da autora em que ela consegue, como provedora, alimentar de forma satisfatória sua família, isso satisfaz o desejo de Carolina enquanto mãe em poder oferecer o que seus filhos almejam.

A seguir, esta outra passagem da obra, a autora descreve um sonho que teve à noite, os sonhos são uma forma de expressar o desejo por algo e aqui, claramente, Carolina anseia pelo que mais lhe faz falta diariamente, a comida.

[...] Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. (JESUS, 2014. p. 39).

O trecho narrado pela autora Carolina Maria de Jesus evidencia o desejo latente de poder repousar em um ambiente digno e aconchegante, de um lar que possua banheiro e quarto. É notório o desejo de sentar-se à mesa e desfrutar de uma alimentação básica, porém completa. Ela cita que comia alguns itens como bife, pão com manteiga, batata frita e salada, esse deveria ser o normal para toda família. Ela menciona, ainda, a toalha branca ao lírio, demonstrando um paradoxo à sua realidade. Nota-se, também, o desejo de realizar um sonho de sua filha. No entanto, Carolina desperta e percebe que tudo não passou de um sonho, um sonho muito distante, pois ela tinha em suas mãos apenas 9 cruzeiros.

O sonho serve de consolo para Carolina que é uma trabalhadora do mercado informal, ou seja, sem vínculo empregatício, ela sai às ruas todos os dias para recolher materiais e vender, essa é sua fonte de renda, uma de suas preocupações é sair e não conseguir o que vender, pois sabe que vai faltar os mantimentos em casa, “[...] Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha” (JESUS, 2014, p.39). É notório nas palavras da autora o sofrimento e angústia com a situação de miséria, e isso provoca nela o sentimento de revolta e ela atribui aos políticos a responsabilidade pela situação que passa. “Quem deve dirigir é quem tem capacidade [...]. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre” (JESUS, 2014, p. 39).

Para Valente (2021), a ausência de uma alimentação adequada, seja no quesito quantidade ou qualidade, se contrapõe à vida. Sem alimentação adequada

torna-se inexistente o direito básico à humanidade, o acesso à vida, à riqueza material, à cultural, à científica e espiritual gerada por essa espécie. “De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer” (JESUS, 2014, p. 49). Nessa perspectiva, quando Carolina descreve o cenário de calamidade vivenciada em seu cotidiano, constata-se o que Valente (2021) afirma a respeito da alimentação como um bem vital para a manutenção humana, porque uma pessoa exposta à situação de fome é tirar dela a humanidade e tirar a humanidade de negros e pobres e mulheres facilita a exploração.

Para Maniglia (2009), embora o Brasil esteja entre os maiores países exportadores de alimentos do mundo, há uma parcela significativa da população que ainda passa fome. Ter acesso a uma alimentação adequada é um direito básico reconhecido internacionalmente. A alimentação plena é um direito primordial para garantir os demais.

Embora o agronegócio ser considerado como um dos setores responsáveis pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a sua lógica é a exportação. Há um contraste em relação a agricultura familiar, pois é esta que produz e abastece o mercado interno. Diante da teoria estudada, e ao fazer-se menção à obra Quarto de Despejo, Carolina pode ser considerada mais uma entre milhares de pessoas que sofrem com a fome devido à falta de incentivo à agricultura familiar, e assim, ela evidencia a negação de seus direitos ao relatar seu cotidiano de angústia e de sofrimento para encontrar algo para comer e, quando consegue, manifesta muita alegria por aquilo que, para muitos é tão natural, mas para ela é motivo de celebração. “Puis feijão no fogo. Quando eu lavava o feijão pensava: eu hoje estou parecendo gente bem – vou cozinhar feijão. Parece até um sonho!” (JESUS, 2014, p. 47).

Nesta mesma vertente, Valente (2021) enfatiza que o Brasil nunca demonstrou um compromisso sólido em garantir o bem-estar tanto individual como coletivo do povo brasileiro. De mesmo modo, o nosso desenvolvimento sempre esteve constantemente atrelado à ordem econômica global, com graves consequências que são conhecidas até os dias de hoje.

Nesse viés, o presente estudo teórico compreende o que a autora de Quarto de Despejo retrata com muita propriedade a partir de uma experiência vivenciada por ela. “Eu gosto tanto de carne. Fiquei nervosa ouvindo a mulher lamentar-se porque é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer” (JESUS, 2014, p. 61). O cenário de fome fazia parte da vida de Carolina, conviver com a incerteza se ia ou não ter o

que comer era a realidade dela e de muitas outras pessoas que estavam na mesma situação. A dor da fome desestrutura emocionalmente e tira a dignidade humana. A fome abala a autoestima e isso pode ser um gatilho ao adoecimento, inclusive a mental, por falta de uma alimentação adequada.

3.3O contexto histórico da fome

Ao desnutrido é negado o direito a um organismo e a um corpo saudável, é negada a ração alimentar mínima que sistemas econômicos garantem ao animal de carga e de corte. A ele resta alimentar-se do lixo, da sobra da comida dos outros” (VALENTE, 2021, p. 37).

Em Quarto de Despejo, Carolina narra de forma precisa o esforço que ela precisa fazer para conseguir comida para alimentar seus filhos. A ela e seus filhos é negado o alimento, que é o básico e essencial à vida, que é a comida. Como afirma Valente (2021), o animal criado para a comercialização, visando, portanto, o lucro, e mesmo o animal de estimação a estes a comida é garantida, enquanto que alguns seres humanos precisam recorrer aos restos e as sobras. “Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender” (JESUS, 2014, p.12). A autora faz da reciclagem a sua fonte de renda de onde tira o sustento de sua família; inclusive quando encontrava livros e cadernos no lixo, ela pegava para o seu “sustento” intelectual. Essa atividade de reciclagem que Carolina desenvolvia, para os dias atuais é considerada muito importante.

Segundo Penteado (2011), a transformação dos materiais produzidos na natureza por qualquer processo passa de imediato a fazer parte de outros processos numa cadeia infundável, onde nada se perde e tudo se transforma. Nos centros urbanos isso é diferente, porque nestes espaços em que há atividade humana a produção de lixo existe. Eigenheer (2009), em consonância com Penteado (2011) diz que até nas tarefas mais simples realizadas pelo ser humano, há produção de resíduos. Isso acontece tanto no decorrer do processo de feitura quanto no fim da vida útil dos produtos depois de usados.

Os catadores de material reciclável são uma presença constante na maioria dos Países do Sul do Globo. São pessoas que recolhem papel, papelão, PET ou alumínio em lixões, nas ruas, ou nas lixeiras, para vender para intermediários ou fábricas de reconversão de materiais. No Brasil, a catação de material reaproveitável tem uma história

conexa com estratégias de sobrevivência para as camadas mais pobres da sociedade, e, em alguns casos, chega a ser uma das poucas oportunidades de trabalho acessíveis para os pobres e marginalizados das cidades (GUTBERLET, MEDINA, COLETTI 2008 apud MORBIDINI, 2016, p. 65).

O meio de sobrevivência que Carolina encontrou na favela foi reciclando materiais encontrados no lixo para vender ou trocar por alimentos. “Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel” (JESUS, 2014, p. 11). Vivendo em extrema pobreza, a prática de usar o lixo como fonte de recurso para se alimentar era uma realidade comum para a população carente, como relata a autora.

No período dos anos 50 no Brasil, do século XX, a reciclagem não tinha um caráter de trabalho como se tem hoje; embora ainda de forma muito tímida, a reciclagem vem ganhando uma feição mais formal com a organização de cooperativas; naquela época a coleta de recicláveis era apenas uma estratégia de sobrevivência. Recolher objetos do lixo é uma atividade que invisibiliza e oculta o ser humano. “O imaginário negativo associado a essa atividade, desqualificada historicamente em função do estigma dos restos [...]” (LIMA, 2021, p. 109). Convivendo com a indiferença social, Carolina expressa sua indignação.

Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres (JESUS, 2014, p. 42).

Essa é uma característica desses espaços que foram muito usados para promover as práticas assistencialistas como forma de muito mais atender aos interesses das políticas partidárias, do que de fato solucionar a dor e o sofrimento das pessoas.

Neste contexto, a autora demonstra a exclusão social das pessoas que vivem à margem. “Isto não pode ser real num país fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais” (JESUS, 2014, p. 40). Portanto, a autora não vê o serviço social como benesse, pelo contrário, ela tem a visão de que este não cumpre com seu papel de garantir os direitos da população pobre. Ela fala em ajustar os desajustados, ou seja, aquela prestação de serviço não estava cumprindo com o propósito que, pelo qual foi criado. Diante do olhar de Carolina Maria

de Jesus para aquela situação de desigualdade social de sua época, foi ratificado pela Constituição Federativa do Brasil e hoje encontra-se no art. 6º como direitos fundamentais. Nesse sentido, Carolina dialoga com Valente (2021, p. 50):

E ética e moralmente inaceitável que o Brasil, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda conviva com a situação de que dezenas de milhões de brasileiros sejam excluídos da cidadania e até do mais básico direito humano que é à alimentação. [...] a busca de garantir o direito à alimentação de qualidade para todos os seres humanos passa pela construção de um novo paradigma de sociedade, que tenha como eixo central a qualidade de vida do ser humano.

Considerando que o acesso à alimentação é um direito fundamental básico de qualquer pessoa e, sem a qual, não há cidadania. Nesse quesito, Carolina Maria de Jesus foi um exemplo de coragem e determinação. Pois, percebe-se na relação que ela estabeleceu com o lixo, porque ao catar o material e vender, essa prática se torna a fonte de provisão para si e seus filhos, isso reflete sua resistência frente a diversidade.

Comparando-se a vida de Carolina descrita na obra e a situação de catadores de material recicláveis num cenário atual no Brasil, possivelmente se notaria diferenças. Muitas coisas mudaram da década de 50, do século XX, até os dias de hoje. Essas mudanças proporcionaram alguns avanços no sentido de reconhecer esses sujeitos como parte importante na gestão dos resíduos sólidos produzidos pela população. Um desses avanços é a lei Federal nº 12.305 de agosto de 2010. Em seu Art. 1º. esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos [...] (BRASIL, 2010).

Apesar dos avanços, os catadores de materiais recicláveis ainda enfrentam muitas dificuldades, como preconceitos, baixos salários, falta de recursos para trabalhar, falta de Equipamentos de Proteção Individual – EPIS, além da invisibilidade social. Portanto, há muito o que conquistar como direitos para esta categoria de trabalhadores. Como enfatiza Lima (2021, p. 107) “Por serem associados ao estigma dos restos, ao preconceito com as práticas coletoras e com a informalidade, os catadores tendem a ser vistos como expressões da miséria e da necessidade”.

Para Morbidini (2016), aproveitar o potencial econômico dos materiais descartados ou considerados inúteis e sem valor é uma oportunidade para aqueles que sobrevivem da catação de materiais recicláveis. No mesmo ritmo de uma

sociedade cada vez mais consumista e conseqüentemente onde se produz muito lixo, espera-se que as cooperativas de materiais recicláveis se desenvolvam e se aprimorem para oferecer melhores condições de trabalho para os recicladores e, assim, possa promover a inclusão socioeconômica desses trabalhadores.

Desse modo, o livro Quarto de Despejo oportuniza a reflexão acerca da evolução que o Brasil teve desde os anos de 1950 até os dias atuais, no que se refere às formas de tratamento aos catadores de materiais recicláveis. Hoje, com as cooperativas esses trabalhadores são remunerados e não precisam mais vender os materiais, a própria cooperativa se encarrega da comercialização.

3.4A violação do direito de Carolina a alimentação

Ao escrever seu diário, Carolina Maria de Jesus revela não apenas as más condições e a vida difícil que ela enfrentava, mas também as condições de pobreza e privação vivida pelas pessoas moradoras da favela. Com seus escritos, o diário de uma favelada, Carolina se torna a porta-voz da favela e denuncia as condições precárias vivida pelos seus pares, bem como o descumprimento de direitos, especialmente os elencados no Artigo 6º da Constituição Federativa do Brasil que assegura os direitos sociais da pessoa humana. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2016, p.18).

Conseqüentemente, a violação dos direitos sociais leva a situação de Insegurança Alimentar e Nutricional a se estabelecer no seio familiar ou mesmo num determinado grupo social. Em diálogo com esse contexto, na obra Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus expôs o cotidiano de escassez de alimentos na favela “Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (JUSUS, 2014, p.12). Destaca-se, também, que apesar do excesso de trabalho que ela realiza, ainda assim não consegue garantir sustento para os seus filhos. A falta de condições para o mínimo que é a alimentação, ela não tem e não é porque não trabalha, pelo contrário, realiza diversos trabalhos braçais. Foi negado a ela o direito de ter a oportunidade de um trabalho que lhe desse uma remuneração justa para que tivesse a oportunidade de prover o sustento de sua família.

Esse relato mostra ainda a preocupação da autora com a falta de comida para si e seus filhos, isso revela que Carolina convive com os três níveis de insegurança alimentar leve, moderado e grave de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

A EBIA foi criada com a finalidade de atender a realidade brasileira e para medir diretamente a segurança alimentar e nutricional. A escala é composta por 14 perguntas. Dessas 14, oito são voltadas para as famílias formadas por pessoas com idade acima de 19 anos. Enquanto que as outras perguntas são direcionadas para famílias em que há pelo menos um membro com idade inferior a dezoito anos.

| CLASSIFICAÇÃO | DOMICÍLIOS | |
|--------------------------------|--|--|
| | Com pelo menos um membro menor de 18 anos de idade | Membros familiares acima de 19 anos de idade |
| Insegurança alimentar leve | 1 – 5 | 1 – 3 |
| Insegurança alimentar moderada | 6 – 9 | 4 – 5 |
| Insegurança alimentar grave | 10 – 14 | 6 – 8 |

Fonte: Elaboração própria com base no Estudo Técnico Nº 01/2014- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2023.

Com base nos dados apresentados na EBIA, é possível observar o quadro de insegurança alimentar presente na obra nos níveis leve, moderado e grave. Assim, nota-se nos relatos da autora a situação de insegurança alimentar grave “De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer” (JESUS, 2014, p. 49). Essa passagem descrita pela autora revela um alto grau de insegurança alimentar presente no domicílio e que a fome não afeta só ela, mas atinge também seus filhos, caracterizando-se um nível de insegurança alimentar grave.

Ao analisar as narrativas de Carolina, percebe-se o quanto a falta de comida lhe aflige. Ela só expressa a sensação de alívio quando vê suas necessidades alimentícias solucionadas. “Ganhei dois quilos de arroz, idem de feijão e dois quilos de macarrão. Fiquei contente. [...] O nervoso interior que eu sentia ausentou-se” (JESUS, 2014, p.12). A fome é um dos principais motivos do sofrimento da autora. A incerteza de conseguir ou não alimento alterava seu estado de humor. A falta de alimento deixava Carolina triste e deprimida, e até em certos momentos revoltada com

os governantes “Eu quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino” (JESUS, 2014, p. 33). Essa é a revolta de uma mãe desesperada por sentir a dor da fome e que tem a responsabilidade de levar comida para seus filhos que também estão com fome em casa. Ao revoltar-se com a situação de pobreza, a autora demonstra sua consciência política ao refletir sobre a miséria enfrentada pelas pessoas marginalizadas, porque sabia que isso era consequência da conjuntura política daquele período.

Por outro lado, o estado de alegria e felicidade de Carolina vem com a obtenção de alimentos, ou seja, quando ela ver seus filhos se alimentarem, isso lhe traz uma sensação de alívio e paz momentânea depois de mais um dia de trabalho árduo. “Eu fiz o almoço – hoje foi almoço. Tinha arroz, feijão e repolho e linguiça. Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atoa” (JESUS, 2014, p. 49).

Salles-Costa et al. (2022) afirmam “Insegurança alimentar grave - quando há redução quantitativa de alimentos, tanto para a alimentação de adultos quanto para a de crianças que residem no domicílio. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio”.

Despertei com a voz de D. Maria perguntando-me se eu queria comprar banana e alface. Olhei as crianças. Estavam dormindo. Fiquei quieta. Quando eles vê as frutas sou obrigada a comprar. (...) Mandeimei meu filho João José no Arnaldo comprar açúcar e pão. (JESUS, 2014, p. 23).

É necessário compreender alguns aspectos que estão envolvidos na escolha de Carolina em comprar o açúcar e o pão e não a banana e a alface. Por meio do senso comum acredita-se que nutricionalmente a banana e a alface são importantes, entretanto não dão a sensação de sustança, não seguram a fome como o pão, a farinha e o feijão, por exemplo. As pessoas, portanto, que exercem os trabalhos braçais optam por esses alimentos por considerar ser mais “fortes” e assim ter força para suportar a jornada de seus afazeres diário.

Segundo Valente (2021), a fome do povo brasileiro não sacia só com a alimentação básica, com custo baixo. As pessoas querem poder atender também seus hábitos alimentares, seus desejos e ter a satisfação em poder realizar suas refeições conforme o gosto e a cultura alimentar individualmente a cada sujeito. Esse direito de ter acesso a uma alimentação de qualidade e quantidade suficiente é o que Carolina almeja, e a felicidade dela e dos filhos é perceptível quando ela consegue comprar

algo fora do habitual. “Hoje comprei marmelada para eles. Assim que dei um pedaço a cada um percebi que eles me dirigiram um olhar terno. E o meu João José disse: que mamãe boa!” (JESUS, 2014, p. 20).

Ao aludir a narrativa de Carolina à canção Comida dos Titãs (1987), percebe-se que há uma forte relação entre a música e o texto. Os Titãs começam a música com duas perguntas um tanto capciosas: *você tem sede de que? Você tem fome de que?* O significado dessas perguntas é muito mais profundo, compreende-se como o que você tem vontade de fazer, quais são seus principais sonhos e desejos; para o ser humano não basta só alimentar para nutrir o corpo, há a necessidade de ir além disso, de modo a ter acesso aos bens que proporcionem vi ver com dignidade.

No tocante a insegurança alimentar moderada, a EBIA esclarece que as perguntas de 6 a 9 caracterizam à qualidade e a quantidade de alimentos para alimentar uma determinada família, cujo os membros tem dezoito anos de idade ou mais. “Sábado – o dia que quase fico louca porque preciso arranjar o que comer para sábado e o domingo” (JESUS, 2014, p. 47). Os fins de semana, especialmente aos domingos, são dias mortos para pegar comida, porque são dias em que as pessoas não trabalham, a cidade está parada. Mas Carolina trabalha, porque o trabalho dela não é remunerado, ela não tem um salário; ela praticamente troca o dinheiro que consegue fazer por comida.

Uma outra ideia é a de mais valia que está subentendido no relato da autora. Essa teoria foi desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels, para conceituar a situação política, social e econômica do sistema capitalista. Assim, tudo o que a autora consegue recolher no lixo, ela vende por um valor muito pequeno, que muitas vezes mal dá para comprar o mínimo necessário para saciar sua fome e dos seus filhos. Todo esse esforço e trabalho desempenhado por Carolina ao andar e revirar lixo, na esperança de encontrar algo que possa trocar ou vender por um valor ínfimo diante da valorização desse produto final, ou seja, há uma discrepância entre o valor produzido por Carolina e a remuneração que ela recebe pelos materiais vendidos.

Nesta discussão de insegurança alimentar moderada, Salles-Costa et al. (2022) mostra que a ocorrência de insegurança alimentar numa família é notada quando há a diminuição na quantidade de alimentos entre os adultos e/ou quando há interrupção na quantidade de alimentação em decorrência da falta de comida em torno dos adultos. Carolina descreve o cotidiano na favela e o maior desafio para quem mora nesses espaços é conseguir alimentação. Ela revela por meio de suas anotações as

angustias e o sofrimento dos favelados que reclamam do alto custo dos mantimentos e faz isso de maneira poética:

Antigamente era a macarronada o prato mais caro. Agora é o arroz e feijão que suplanta a macarronada. São os novos ricos. Passou para o lado dos fidalgos. Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo. Quem não nos desprezou foi o fubá (JESUS, 2014, p.43).

A autora cita o macarrão como sendo um item caro e ela compreende que é natural que seja assim, pois se trata de um alimento de origem estrangeira. Mas o que Carolina denuncia é a carestia do arroz e do feijão, itens essenciais na base da alimentação do povo brasileiro que estão mais caro e, conseqüentemente, mais distante do poder de compra dos moradores da favela, do que do poder de compra dos ricos ou dos novos ricos. Observa-se que Carolina Maria de Jesus utiliza a brilhante metáfora “quarto de despejo” para referir-se à favela.

A percepção crítica da autora em relação à disparidade social no Brasil é algo que merece ser pontuado. Quando ela faz menção aos ricos ou novos ricos, está referindo-se aos italianos que chegaram no Brasil no final do século XIX e, em tão pouco tempo, já se tornaram os novos ricos.

Escrita na década de 1950, a obra Quarto de Despejo possibilita a reflexão acerca da situação socioeconômica vivenciada no Brasil nesse período. Nesse sentido, o livro de Carolina funcionou como denuncia social, chamando atenção para a alta dos preços dos alimentos acarretando um terrível quadro de precarização em que os moradores da favela do Canindé viviam. Embora já se passaram mais de sete décadas, mesmo assim, ainda se vivencia o mesmo problema da escassez de comida nas residências de boa parte da população menos favorecida.

Recentemente, no período pandêmico, houve um aumento significativo na cesta básica, conforme apontou uma pesquisa realizada em 2022 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Com destaque para o feijão, um item essencial na alimentação da população brasileira. “Em 2022, o valor da cesta básica aumentou nas 17 capitais. [...] Entre novembro e dezembro de 2022, o preço médio do feijão e do tomate aumentou em todas as 17 cidades pesquisadas [...] (DIEESE, 2023).

Segundo a matéria do site de notícias Brasil de Fato, publicada em dezembro de 2021, dá conta de que a fome e a insegurança alimentar voltaram a assolar grande parcela da sociedade brasileira. “Se, em passado recente, a fila do supermercado era de pessoas aproveitando para comprar o filé do churrasco, em 2021 a imagem foi substituída pela fila para a compra de ossos e pelancas” (BRASIL DE FATO, 2021, p. 5).

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2014), o Brasil saiu do mapa da fome em 2014, essa conquista foi em função do conjunto de políticas públicas e instituições bem alicerçadas de modo que, assim, pudesse direcionar seus esforços ao combate à fome. Naquele ano, conforme afirmação da FAO, menos de 5% da população brasileira encontrava-se em situação de insegurança alimentar grave.

Apesar de o Brasil sair do mapa da fome, infelizmente o país volta a figurar nesse cenário, conforme esclarece Rosana Salles-Costa:

Se em 2014 comemorávamos os esforços de uma década de combate à fome no país, com o marco da saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a insegurança alimentar atingiu patamares alarmantes em 2018, que superavam os vigentes em 2004. Foi nesse cenário que a pandemia de covid-19 se instalou no país, em 2020 (SALLES-COSTA, 2022, p. 87).

Esse retrocesso do Brasil ao retornar ao mapa da fome, é resultado da extinção ou enfraquecimento nos investimentos em políticas públicas voltadas para o combate à fome. Ou seja, neste caso, com a mudança de presidente da República não houve a manutenção das políticas públicas com os mesmos objetivos de erradicação da pobreza. Aliado a isso, veio a Covid-19 que só agravou ainda mais a situação de insegurança alimentar no Brasil e no mundo.

Os motivos da alta dos preços podem ser compreendidos como sendo multifatorial. Mas, alguns desses fatores podem ser notados com mais clareza, como por exemplo, a falta de incentivo e de fortalecimento da produção de alimentos por parte da agricultura familiar; na política agrária a opção do país foi de incentivar a exportação da produção, causando grandes prejuízos ao mercado interno, levando o país a um retrocesso no combate à fome e a insegurança alimentar, como mostra a matéria a seguir.

A vida do brasileiro não estava fácil nos últimos anos, com aumento do dólar, desemprego e crise econômica prolongada, mas 2021 provou que o que estava ruim ainda podia piorar. [...] a fome e a insegurança alimentar voltaram a ser um dos pesadelos num país que há pouco tempo era elogiado pelas Nações Unidas por programas de transferência de renda, diminuição da miséria e ter saído do Mapa da Fome (BRASIL DE FATO, 2021, p. 5).

Ao estabelecer um paralelo da situação econômica do Brasil atual com a obra Quarto de Despejo, escrito por Carolina Maria de Jesus na década de 1950, nota-se que no tocante à alimentação, esse sempre foi um grande desafio a ser superado. Mesmo o Brasil sendo uma potência no agronegócio, milhões de pessoas ainda vivem sem ter acesso a alimentação adequada.

Ao longo da obra analisada, aparece preponderantemente a insegurança alimentar grave, que é a fome propriamente dita. E ao observar o que determina a EBIA a respeito deste nível de I.A. encontra-se as perguntas que vão de 10 a 14 para as famílias que tenham pelo menos um membro menor de dezoito anos e de 6 a 8 para as famílias com membros acima de dezenove anos de idade.

Ao analisar as narrativas de Carolina, em Quarto de despejo, percebe-se o quanto a falta de comida lhe deixa irritada. Isso se revela pelas datas dos relatos que são escritos num curto espaço de tempo. Ela está sempre clamando por comida, pois é a fome seu maior inimigo “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: ‘Tem mais’? Esta palavra ‘tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais” (JESUS, 2021, p.38). Portanto, comparando a EBIA com o diário, comprova-se nas palavras descritas por Carolina os efeitos da fome:

Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei sentir a boca amarga. [...] Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a desmaiar (JESUS, 2014, p. 44).

Ao analisar o relato de Carolina a respeito da forma como ela descreve os efeitos que a fome causa no ser humano, foi possível observar a dualidade de sentido que a palavra fome possui. Para Abramovay (1991), o termo fome pode variar dependendo do contexto que é utilizado. Desse modo, ela pode representar o apetite que é o ato de comer, esse é um fenômeno instintivo dos indivíduos semelhante à

respiração, por exemplo. A fome, neste sentido, nos conduz e motiva a nos alimentarmos.

Sob outra perspectiva, há também, o sentido da palavra fome, referindo-se à subalimentação ou a falta de alimentação adequada. Na situação descrita pela autora, a fome dela foi por falta de comida, o instinto de comer dela não foi satisfeito. Mais do que isso, a fome de Carolina Maria de Jesus é dá total falta de alimento para sobreviver e garantir o funcionamento do corpo. Faltam a ela a força, a energia para se movimentar. O corpo dá sinal da escassez total.

Segundo Josué de Castro (1984), a palavra fome por si só já revela um déficit quantitativo alimentar, que provoca tanto a subnutrição como pode causar a morte pela fome. Assim, mediante análise realizada na obra Quarto de despejo, verificou-se a existência do quadro de insegurança alimentar grave revelando que a fome está presente, como se vê no relato de Carolina

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho, havia um pretinho [...]. No lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E ele escolhia uns pedaços. [...] Procurei convence-lo a não comer aquela carne [...]. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. [...]. No outro dia encontraram o pretinho morto (JESUS, 2014, p. 44).

Mesmo trabalhando quase que diuturnamente, é muito comum que Carolina recorra frequentemente ao lixo para se alimentar, porque, como ela não tem uma remuneração fixa e, o que ela ganha informalmente não é o suficiente para prover o seu sustento e de seus filhos. Sem escolha, ou Carolina se alimenta de comida do lixo ou corre o risco de ver seu corpo esvaír de fome. Como diz o ditado: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.” Sem escolha, Carolina enfrenta o “bicho” que lhe apavora todos os dias, a fome.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.

O bicho, meu Deus, era um homem.
(MANOEL BANDEIRA)

Ao correlacionar esse trecho da obra quarto de despejo com o poema, O bicho de Manoel bandeira, percebe-se a semelhança do cotidiano relatado por Carolina em busca de conseguir alimento e o poema de Bandeira, onde ambos denunciam o abismo social tão recorrente na sociedade brasileira.

Em meio a todo esse processo, Carolina pensa em possibilidades para modificar a sua realidade atual e dar uma condição melhor de vida para os seus filhos. “Cato papel. Estou provando como vivo! Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui” (JESUS, 2014, p. 20).

Isso confirma o quanto a escrita testemunhal de Carolina Maria de Jesus é literatura, porque ela sabe que sua escrita tem muitas funções, uma delas é falar da vida social de um modo que mobilize seus leitores para levá-los a inquietações. Constata-se, logo, que a intenção de Carolina é relatar como ela vive na favela não numa dimensão de denuncia apenas, mas ela almeja mudar de vida. A autora enxerga a escrita e a literatura não apenas como libertação, mas, sobretudo, como instrumento de transformação social. Assim, Candido afirma que “Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável.” (CANDIDO, 2011, p. 193).

Conforme observado em Quarto de despejo, Carolina Maria de Jesus tinha ciência e sabia que a privação de alimentação vivenciada diariamente por ela não era por acaso, tanto que expressa isso de maneira categórica. “[...] quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2014, p. 37). Nesta passagem, denuncia a exclusão social sofrida por ela e todas aquelas pessoas da favela. Pode-se inferir que o termo, “fora de uso,” metáfora utilizada pela autora para se referir a um grupo populacional, neste caso o favelado, que não “serve” para o sistema capitalista, porque estas pessoas não integram ao mercado financeiro, elas não dispõem de renda suficiente para comprar, vender, não comercializam. Portanto, esses sujeitos são tratados como objeto “descartáveis” e fora de uso.

Carolina Maria de Jesus tinha o desejo de escrever e publicar sobre a favela. Assim, na condição de moradora desse espaço, escreveu seu cotidiano em forma de diário. Por ser uma pessoa que gostava muito de ler e de escrever, sempre que saia

de casa para sua jornada de catar materiais para vender, quando encontrava livros, revistas e cadernos no lixo pegava para estudar e, foi assim, que ela se tornou uma pessoa que se expressava e comunicava de forma inteligível. Dessa maneira, sua escrita literária tem enorme importância, porque é por meio dela que Carolina denuncia a fome, a desigualdade social e de gênero, denuncia o racismo, o preconceito, a demagogia da classe política e as injustiças sociais com as quais a população preta e pobre que vive à margem da sociedade sofre. Logo, Carolina Maria de Jesus foi uma mulher intelectual que viveu à frente de seu tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa discute as questões referentes à fome e a insegurança alimentar na obra literária *Quarto de Despejo*, da escritora Carolina Maria de Jesus. A partir das discussões do referencial teórico, foi possível alcançar os principais resultados. O tema central deste estudo foi compreender a percepção política da autora e a denúncia da fome e da insegurança alimentar através da literatura.

Teve como objetivo geral compreender como aparece a denúncia da fome e da insegurança alimentar presente nos relatos de Carolina sobre as dificuldades cotidianas na obra literária *quarto de despejo*. Para atingir o objetivo, contou-se com a seguinte questão problema: Como a insegurança alimentar e a fome são expressas na obra *Quarto de despejo*? Assim, com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, pode-se indicar que o objetivo proposto foi alcançado.

Dentre os principais resultados desta pesquisa, destaca-se a desigualdade social como sendo uma das principais causas da fome e da insegurança alimentar. Esse fenômeno, atinge diretamente as camadas populacionais mais vulneráveis; estas passam cada vez mais a depender de políticas públicas, que nem sempre acontecem e, mesmo, aquelas implementadas, nem sempre atendem de forma satisfatória as necessidades básicas desse público alvo. Assim, viver na favela em situação precárias, não é uma escolha das pessoas, mas, sim, uma imposição socioeconômica.

Nesse sentido, a obra analisada possibilita a ampliação de um olhar crítico acerca dos problemas enfrentados pela população carente. Dessa maneira, *Quarto de Despejo* se adequa ao perfil das chamadas literaturas engajadas, se comprometendo com as questões sociais e, como tal, aqui foi abordado a fome e os níveis de insegurança alimentar, já elencados ao longo da presente pesquisa.

Escrito nos anos 50-60, do século XX, *Quarto de despejo* é uma obra que se torna uma fonte histórica a qual rompe com o anonimato e o silenciamento da população favelada. Nesse sentido, o diário de Carolina foi um importante instrumento para ecoar as vozes dessas pessoas socialmente excluídas e possibilita que venham à tona a problemática da fome e da insegurança alimentar ao centro do debate e discussão, mesmo nos tempos atuais, pois essa ainda é a realidade para grande parcela da população que vivem à margem da sociedade.

Hoje, é possível observar a relevante contribuição de Carolina Maria de Jesus para os avanços em políticas públicas voltadas para o fomento da erradicação da fome e da extrema pobreza entre as populações mais vulneráveis. Por meio de sua escrita a autora nos faz pensar num paradoxo interessante que há em torno do artigo 6ª da Constituição Federativa do Brasil e a realidade socioeconômica vivenciada pela população e pela própria Carolina com seus filhos na então favela do Canindé localizada as margens do rio Tietê.

A partir das análises foi possível um diálogo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). No que tange aos níveis de insegurança alimentar, constatou-se que em muitos lares de famílias de baixo poder aquisitivo convivem com algum déficit alimentar. Para medir a segurança alimentar e nutricional dos domicílios e, assim, se chegar a estas informações, foi desenvolvida a EBIA, esta é uma ferramenta fundamental para se chegar aos indicadores e a partir daí viabilizar o planejamento de políticas públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional no país.

Além disso, a escala também colabara com o desenvolvimento de estratégias de segurança alimentar e nutricional, promovendo a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de insegurança alimentar. A avaliação feita por domicílio possibilita a classificação por níveis de SAN, isso pode contribuir para possíveis intervenções no sentido de proporcionar melhor qualidade de vida à população necessitada.

A partir do entendimento obtido por meio da obra *As Veias Abertas da América Latina* de Eduardo Galeano, bem como na obra *Quarto de Despejo* de Carolina, foi possível identificar as situações de vulnerabilidade socioeconômicas de uma parcela dos indivíduos que não é algo recente, haja vista que tais situações perduram desde o período colonial, onde o objetivo era escoar as riquezas das novas terras para abastecer a metrópole. Consequentemente essa política de exploração deixou um cenário de destruição, miséria e o empobrecimento dos habitantes locais.

Ademais, o presente trabalho me fez refletir sobre a temática a que me propus a pesquisar: Como a insegurança alimentar e a fome são expressas na obra *Quarto de despejo*, e o entendimento que chego é que a insegurança alimentar é classificada em níveis e que afeta um grande número de pessoas em todo o mundo, incluindo crianças, adultos e idosos. Esse fenômeno acontece em consequência da falta de acesso à alimentação de qualidade e quantidade suficiente para uma vida saudável.

Outro aspecto a ser pontuado em *Quarto de Despejo*, é que, trabalhar nem sempre corresponde ao suprimento das necessidades básicas, Carolina trabalhava e mesmo assim ela vivia constantemente com a escassez alimentar. As causas da insegurança alimentar são multifatoriais, como a pobreza, o desemprego e a má distribuição de renda de um país e isso pode ser consequência do processo histórico de um regime de escravidão que por muito tempo espoliou o povo preto, e mesmo no pós-escravismo esse povo preto ainda carrega o estigma da hegemonia europeia, continua sofrendo com a exclusão socioeconômica e cultural, morando nas encostas e favelas em situação degradante.

Com a análise da obra de Carolina e ancorado em *Cândido* (2012), por exemplo, percebe-se que a literatura tem várias funções e uma delas é a possibilidade de um olhar crítico do leitor frente a determinadas situações que requeira alguma ação no sentido de mobilizar e se indignar ante as injustiças. Não há como atribuir a literatura o poder de solucionar diretamente todos os obstáculos de um povo, mas ela sensibiliza e provoca o ser humano ao enfrentamento e resistência diante das adversidades, é um convite a indignar-se sempre.

O estudo demonstrou, ainda, que os escritos de Carolina instigam a refletir sobre a complexidade da insegurança alimentar e nutricional e a forma como esse fenômeno afeta as populações mais carentes. Colocar-se no lugar do outro e imaginar a dor de muitas famílias que, atravessadas pela fome, a miséria e a calamidade e ante a tudo isso não dá para assistir com indiferença e não se revoltar com as injustiças sofridas pelas pessoas marginalizadas.

Por essa compreensão a partir da obra de Carolina, ampliou-se o olhar sobre a importância das políticas públicas no combate e na erradicação da fome e da insegurança alimentar, principalmente nas áreas onde este fenômeno mais afeta severamente as populações vulneráveis economicamente. Com isso, a literatura que tem como uma de suas funções centrais a de denunciar, e é isso que ocorre com a obra *Quarto de Despejo*, onde a autora ao narrar o seu cotidiano na favela, lança luz nos problemas sociais vivenciados por ela e seus pares, expondo a ineficiência e uma contradição do Estado, quando este deveria garantir o amparo legal a estas pessoas como assegura a Carta Magna.

Evidencio de antemão que, de maneira nenhuma, este trabalho teve a pretensão de esgotar todo conteúdo sobre a obra *Quarto de Despejo* da escritora Carolina Maria de Jesus. Seguramente outros recortes poderão nortear novas linhas

de pesquisa utilizando a referida obra como corpus de estudo. Diante da presente pesquisa foi suscitada uma hipótese, entretanto, não foi possível contemplá-la aqui, mas pode ser pensada como futuros trabalhos, quais os impactos psicológicos causados pela insegurança alimentar.

Este trabalho buscou, portanto, compreender na escrita autobiográfica da escritora Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo, como a fome e a insegurança alimentar surgem como denuncia e, de fato, aparece como denúncia a ausência do poder Público de modo a promover as políticas públicas voltadas para combater a insegurança alimentar e a miséria a qual aquela população estava submetida. Entretanto, no decorrer da pesquisa, percebeu-se que os escritos de Carolina vão além da denúncia social, a literatura, para ela é um meio de transformação social. Desse modo, a obra de Carolina continua sendo um importante instrumento de reflexão para a construção de um mundo mais justo.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 9ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

ALVARENGA, Darlan. Desemprego fica estável em 11,1% no 1º trimestre e atinge quase 12 milhões, diz IBGE. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/29/desemprego-fica-em-111percent-no-1o-trimestre-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

ANDRÉ, Hercílio Paulino; MORAIS, Dayane de Castro. Indicadores sociais e nutricionais da Insegurança Alimentar e Nutricional. *In*: MORAIS, Dayane De Castro; PRIORE, Silvia Eloiza; SPERANDIO, Naiara (org). **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa-MG: UFV, 2020.

BANDEIRA, Manuel. **Seleta em prosa e verso**. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, 1971.

BRASIL, Direitos Humanos. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 de setembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. A carta de Pero Vaz de Caminha. Brasília: MEC, [s.d].

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9ª.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. *In*: **Vários escritos**. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CARRICONDE, Gabriel. O ano da fila do osso: economia naufraga e fome volta a assolar brasileiros. **Brasil de fato**: Edição 242, dezembro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3DXJxmX> Acesso em: 21 de novembro de 2023.

DIEESE, 2022. Em 2022, preço da cesta básica aumenta em todas as 17 capitais pesquisadas. São Paulo. 2022. Nota à Imprensa. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>. Acesso em: 24 outubro de 2023.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo: A limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Pallotti, 2009.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. **Agonia da fome**. Salvador: EDUFBA FIOCRUZ, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**: Eduardo Galeano, tradução de Sérgio Faraco. Rio de Janeiro: L&PM, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONTIJO, Cristiana Araújo; MORAIS, Dayane de Castro; SILVA, Daniela Alves. Qualidade da dieta e Insegurança Alimentar e Nutricional. *In*: MORAIS, Dayane De Castro; PRIORE, Silvia Eloiza; SPERANDIO, Naiara (org). **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa-MG: UFV, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, Maria Raquel Passos. **O avesso do lixo**: materialidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2014.

MORBIDINI, Martina. Estratégias de superação do estigma adotadas pelos catadores de material reciclável em Belo Horizonte, Brasil. *In*: RIAL, Carmen. **O poder do lixo**: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

PENTEADO, Maria Julieta. **Guia Pedagógico do Lixo**. Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Educação Ambiental. 6^a edição. São Paulo, 2011.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2023.

SALLES-COSTA, Rosana. [et al]. **Sistemas Alimentares, Fome e Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

SOARES, Nicolau. Extrema pobreza cresce quase 50% e atinge 17,9 milhões de brasileiros em 2021, diz IBGE. **Brasil de Fato**: São Paulo, 02 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/02/extrema-pobreza-cresce->

[quase-50-e-atinge-17-9-milhoes-de-brasileiros-em-2021-diz-ibge](#) Acesso em: 21 de novembro de 2023.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.** Campina Grande: EDUEPB, 2021.

ANEXOS

ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR- EBIA

| |
|---|
| 1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? |
| 2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? |
| 3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? |
| 4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou? |
| 5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? |
| 14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? |